

# **Brasil consegue melhor condição para negociação**

O Brasil está em condições de firmar um acordo com os bancos internacionais, com cláusulas melhores do que vinham sendo negociadas pelo governo anterior e mesmo pelo ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. O plano, que já estava na mesa de negociação, previa o reescalonamento do principal da dívida que, venceria até 1.991, por 16 anos incluindo um prazo de carência de sete anos, quando seriam só pagos os juros.

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que retornou ontem de Washington, onde manteve contatos no final da semana e na segunda-feira com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosiére, e com autoridades do governo americano, disse ontem, durante entrevista coletiva, que a intenção do Brasil é prorrogar o atual acordo com os bancos credores por um período mínimo de seis meses e máximo de dois anos, prazo em que o Brasil continuará pagando religiosamente os juros da dívida, em torno de US\$ 1 bilhão ao mês, mas sem qualquer amortização do principal.

Segundo o ministro, não há pressa para se firmar um acordo plurianual para reescalonamento em definitivo para a dívida externa em um momento que está havendo mudanças bruscas no sistema financeiro internacional, favoráveis aos países devedores. Como exemplo, ele citou o plano apresentado pelo secretário de Tesouro Americano, James Backer III, durante a reunião do FMI, em Seul, no início de outubro. O plano prevê um empréstimo de US\$ 29 bilhões de dólares aos países em desenvolvimento (US\$ 20 bilhões por parte dos bancos privados e US\$ 9 bilhões por parte do Banco Mundial), em troca de programas de ajustamentos econômicos internos.

## **Confiança**

Funaro afirmou que durante o encontro mantido em Washington com o secretário de Tesouro Americano, James Backer, ficou claro a confiança demonstrada pelas autoridades americanas quanto ao processo de reativação econômica e a capacidade do Brasil de honrar seus compromissos externos em consequência do bom desempenho da balança comercial. Ficou bastante claro, durante a conversa, que graças ao bom desempenho de sua economia, o Brasil pode conversar diretamente com os banqueiros internacionais a melhor forma de administrar a rolagem de sua dívida externa sem qualquer interferência do FMI.

O ministro Funaro fez questão de ressaltar que o Brasil não tem, no momento, qualquer proposta para um acordo com o FMI "porque isso é completamente desnecessário". Acrescentou: "já estamos negociando diretamente com os bancos e o acordo com eles será tratado durante a viagem do presidente do Banco Central aos Estados Unidos, no início do próximo mês".

Funaro também fez questão de ressaltar que tanto o FMI como os banqueiros internacionais serão informados de todas as medidas que estão sendo tomadas pelo governo brasileiro para aumentar sua receita, diminuir seus gastos, e, conseqüentemente, reduzir de forma significativa o déficit público a partir do ano que vem.

## **Ajustamento**

O ministro também disse que no seu encontro com White Red, subsecretário de Estado Americano, enfatizou que os países devedores não podem mais continuar arcando indefinidamente com a política de ajustamento do governo americano e que vem se refletindo desde 1979 na alta das taxas de juros internacionais. Funaro explicou a White que o crescimento econômico brasileiro, entre 6 e 7 por cento este ano, se fez em cima da capacidade ociosa da indústria nacional. Mas que a partir do ano que vem, uma taxa em torno disso só será viabilizada, se houver investimento e importações para a modernização do parque industrial. E exemplificou: "Se as taxas de juros internacionais caírem um ponto percentual, o Brasil economizará em 1986 cerca de US\$ 750 milhões, quantia que poderá ser empregada em importações que resultarão em maior desenvolvimento econômico, em mais emprego e maior bem-estar social".